

O catálogo do patrimônio bibliográfico nacional (CPBN): instrumento de salvaguarda e preservação

The National Bibliographic Heritage Catalog (CPBN): safeguard and preservation instrument

Sílvia Fernandes Pereira¹

Resumo:

O presente artigo aborda os conceitos de patrimônio bibliográfico, biblioteca nacional e catálogos coletivos presentes na literatura. Resgata fases históricas do desenvolvimento de coleções e competências da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) em sua missão como guardiã da memória nacional. Destaca as ações da instituição a partir da criação do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), como seção de identificação de instituições possuidoras de acervos raros e da construção do Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) como repositório para os acervos das instituições cooperantes. Detalha as ações e as dificuldades encontradas pelo PLANOR na gestão do Catálogo e apresenta as ações que poderão contribuir na preservação e manutenção do patrimônio bibliográfico nacional. Ratifica a importância do uso das novas tecnologias aplicadas em favor da organização, disseminação e preservação documental, através da disponibilização de objetos digitais. Avalia as atividades de capacitação e as ferramentas de apoio oferecidas pelo PLANOR aos profissionais, que objetivam não apenas o desenvolvimento e ampliação do CPBN, mas também o fortalecimento das instituições como locais de guarda e preservação do patrimônio bibliográfico mais precioso do país.

Palavras-Chave: Patrimônio Bibliográfico. Fundação Biblioteca Nacional. Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras. Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional.

Abstract:

This article addresses the concepts of bibliographic heritage, national library and collective catalogs present in the literature. It retrieves historical phases of the development of collections and skills of the National Library Foundation (FBN) in its mission as guardian of national memory. Highlights the institution's actions from the creation of the National Recovery Plan for Rare Works (PLANOR), as an identification section for institutions with rare collections and the construction of the National Bibliographic Heritage Catalog (CPBN) as a repository for the institutions' collections cooperative. It details the actions and difficulties encountered by PLANOR in managing the Catalog and presents the actions that may contribute to the preservation and maintenance of the national bibliographic heritage. It ratifies the importance of using new technologies applied in favor of the organization, dissemination and preservation of documents, through the provision of digital objects. It evaluates the training activities and support tools offered by PLANOR to professionals, which aim not only at the development and

¹ Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional. E-mail: silviafpereira62@gmail.com

expansion of the CPBN, but also at strengthening institutions as places for guards and preserving the most precious bibliographic heritage in the country.

Keywords: Bibliographic Heritage. National Library Foundation. National Rare Works Recovery Plan. Catalog of National Bibliographic Heritage.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo, por meio de revisão de literatura, apontar os conceitos de patrimônio bibliográfico, propor uma discussão acerca de cuidados para a produção bibliográfica do século XX, assim como para as produções locais e sobretudo destacar a iniciativa da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) com a criação de um programa – Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR) com objetivo principal de identificar instituições possuidoras de acervos raros e a construção de um catálogo coletivo – Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN), gerenciado pelo PLANOR, com a função de abrigar os registros bibliográficos relevantes para a cultura nacional.

A proposta é subsidiada por meio das indicações de leituras, para as aulas da disciplina “Patrimônio Bibliográfico”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGGB, vinculado a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e ministrada pelo professor Fabiano Cataldo no período de julho a dezembro de 2019, que provocaram debates significativos que além de ampliar os conceitos de patrimônio bibliográfico desenvolvidos por vários atores, serviram também para pensarmos na manutenção e preservação dos registros bibliográficos do século XX e também na produção bibliográfica local.

O conceito de patrimônio bibliográfico para diversos autores, em sua maioria está associado à coleção de obras raras e especiais, carecendo ainda de um conceito absoluto que contemple os documentos em todos os seus formatos. Conhecer e valorar o patrimônio bibliográfico local também é uma ação que precisa difundida, para que estes materiais únicos sejam identificados, conhecidos e preservados. Assim, de acordo com Palma Peña, para construirmos o conceito de patrimônio bibliográfico, precisamos entender que

a cultura é um elemento prioritário do patrimônio, porque, de acordo com a premissa de que é necessário saber o que valorizamos, na medida em que

conhecemos as múltiplas manifestações que nela surgem, com a identificação e determinação da significância de patrimônio.² (PALMA PEÑA, 2013, p. 33)

Fernández de Zamora, destaca a importância de conhecermos patrimônio como bem cultural quando menciona que:

Como patrimônio, devemos entender o conjunto de bens culturais herdado do passado e criado pela própria geração, porque o patrimônio documental não se refere apenas a documentos e livros antigos, mas a qualquer documento de natureza singular, única ou valiosa, do presente ou do passado, porque o patrimônio também pode ser o que estamos criando e partiremos para as gerações futuras. Daí a preocupação com a preservação de documentos digitais. (FERNÁNDEZ DE ZAMORA, 2009, p.1)³

A Biblioteca Nacional, guardiã da memória nacional, que por meio da Lei do Depósito Legal, compra e doações de acervos desenvolve os acervos gerais e especiais, garantindo assim para as gerações futuras acesso à produção bibliográfica nacional.

Também possuímos em nosso território, bibliotecas públicas e particulares, associações, museus, academias, fundações, universidades entre outras, com coleções preciosas que ao se tornarem conhecidas, por meio das ações do PLANOR, também participam com seus acervos, da memória nacional.

Jaramillo e Marín-Agudelo, apontam a importância das relações históricas e seus objetos quando mencionam que

Da mesma forma, as relações que se formam entre memória, história e objetos em um determinado espaço definem a herança diferente e seus usos. A memória, então, é o processo social através do qual um grupo ou comunidade reconstrói suas ações no andamento, que leva em conta as identidades e as alteridades dentro de um sistema de representações e subjacente aos registros existentes nesses locais topográficos, funcional ou simbólico, também chamados de veículos ou artefatos de memória, como bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, edifícios, entre outros, que por sua vez podem ser considerados patrimônio material e intangível. (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 427)⁴

² Tradução de: La cultura es un elemento prioritario del patrimonio porque, de acuerdo con la premisa de que es necesario conocer aquello que valoramos, en la medida en que conozcamos las múltiples manifestaciones que se gestan en aquélla, se potencia la identificación y determinación de significación del patrimonio. (PALMA PEÑA, 2013, p. 33)

³ Tradução de: Como patrimonio debemos entender el conjunto de bienes culturales heredados del pasado y el creado por la propia generación pues el patrimonio documental no se refiere únicamente a documentos y libros antiguos, sino a todo documento de carácter singular, único o valioso, del presente o del pasado porque patrimonio puede ser también lo que estamos creando y dejaremos para las generaciones futuras. De allí la preocupación por la preservación de los documentos digitales. (FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María, 2009, p.1)

⁴ Tradução de: Del mismo modo, las relaciones que se forman entre memoria, historia y objetos en un espacio determinado definen los diferentes patrimonios y los usos de los mismos. La memoria, entonces, es el proceso social mediante el cual un grupo o comunidad reconstruye sus acciones en el tiempo, que toma en consideración

O PLANOR enfrenta desafios diversos, com questões referentes à gestão e manutenção do Catálogo. Podemos citar a extensão territorial do nosso país como um dos principais desafios enfrentados no mapeamento e identificação das instituições, assim como os problemas enfrentados pelas mesmas em relação à organização, manutenção e preservação de seus acervos. Com o objetivo de minimizar as dificuldades encontradas, oferece recursos e orientações a bibliotecários, gestores/curadores de acervos raros e especiais, por meio de capacitação, assessoria e visitas técnicas que vão ao encontro das necessidades dessas instituições, que colaboram para reunir em um catálogo coletivo os acervos raros, promovendo sua salvaguarda e preservação, e que juntos ao acervo da FBN, formam a memória nacional.

2 Fundamentação teórica

A literatura aponta que o conceito de patrimônio bibliográfico se encontra ainda em construção e que alguns autores, muitas vezes associam o termo ao conceito de acervo, outros a acervos históricos e documentais.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 2), definem acervo como “conjunto de documentos conservados para o atendimento das finalidades de uma biblioteca: informação, pesquisa, educação e recreação; fundo documentário; fundos de biblioteca”.

Faria e Pericão (2008, p. 30), define acervo como “conjunto de bens culturais que foram acumulados ao longo os anos por herança ou tradição”.

Para o termo “patrimônio bibliográfico”, Santos e Reis (2018), o definem como

[...]o conjunto de bens culturais de natureza bibliográfica (manuscritos, incunábulo, livros, periódicos, mapas, folhetos e obras de referência), cuja raridade a eles atribuída reconhece o seu valor para a história e a memória deste País ao longo dos séculos, os quais foram elaborados, publicados e utilizados por seus cidadãos dentro do próprio território. Também integram o patrimônio bibliográfico nacional as criações impressas que tratam do Brasil, elaboradas neste País por autores estrangeiros e publicadas no exterior, bem como as criações impressas de origem estrangeiras, incorporadas aos acervos das primeiras bibliotecas brasileiras, que colaboraram diretamente para o desenvolvimento intelectual desta nação.

las identidades y alteridades dentro de un sistema de representaciones, y que subyacen en los registros existentes en aquellos lugares topográficos, funcionales o simbólicos, también llamados vehículos o artefactos de la memoria, como son las bibliotecas, los archivos, los museos, los monumentos, las edificaciones, entre otros, que a su vez pueden ser considerados patrimonio material e inmaterial. (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 427).

Para Faria e Pericão (2008, p. 565), o conceito de patrimônio bibliográfico é dado como “conjunto das espécies bibliográficas, seja qual for o seu tipo de suporte, acumuladas ao longo dos séculos e que veiculam a herança cultural de um povo”.

Jaramillo e Marín-Agudelo definem patrimônio bibliográfico como:

Qualquer documento que represente a expressão da identidade cultural de um conglomerado social, comunidade ou nação, publicado em qualquer meio (papel, magnético, acetato, óptico ou microformado), independentemente do formato da sua apresentação (livro ou monografia, brochura, folheto, cartografia, revista, boletim informativo ou imprensa); que ocorre com a intenção de espalhar um conhecimento ou ideia de um grupo ou comunidade, para fins de distribuição, ou que é o produto de um momento histórico ou de valor simbólico para a referida comunidade, uma vez que ela confere e fortalece sua identidade cultural. De qualquer forma, o documento bibliográfico patrimonial atende a pelo menos uma das seguintes características: originalidade (autenticidade), singularidade (insubstituível), valor simbólico, valor do conteúdo ou valor estético. (JARAMILO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 428)⁵

Particularmente, baseado nas leituras e discussões de salas de aulas, citadas anteriormente, entendo ser necessária a construção de forma coletiva para a construção de um conceito para patrimônio bibliográfico, documental e local, que abarque as tipologias conhecidas e as que venham a ser criadas. Garantindo assim, a preservação de toda a expressão cultural de nossa sociedade.

3 A Biblioteca Nacional e o patrimônio bibliográfico

Faria e Pericão (2008), conceituam biblioteca nacional como a

Biblioteca responsável pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações de todas as publicações editadas no país. Pode funcionar como biblioteca de depósito legal. Este tipo de biblioteca desempenha ainda outras funções: elaborar a bibliografia nacional, manter atualizada uma coleção significativa da produção estrangeira, desempenhar o papel de centro nacional de informação bibliográfica nacional retrospectiva, organizar catálogos coletivos, ser agência de atribuição do ISSN, etc. Pode caber-lhe também um

⁵Tradução de: todo documento que represente o sea la expresión de identidad cultural de un conglomerado social, comunidad o nación, editado en cualquier soporte (papel, magnético, acetato, óptico o microforma), sin importar el formato de su presentación (libro o monografía, folleto, afche, cartografía, revista, boletín o prensa); que se produce con la intención de difundir un saber o idea de un grupo o comunidad, con fines de distribución, o que es producto de un momento histórico o de valor simbólico para dicha comunidad, dado que da y afanza su identidad cultural. En todo caso, el documento bibliográfico patrimonial cumple con al menos una de las siguientes características: originalidad (autenticidad), unicidad (irremplazable), valor simbólico, valor del contenido o valor estético. (JARAMILO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 428)

papel de destaque na informação científica e técnica do país que representa, criando e mantendo serviços centrais indispensáveis às outras bibliotecas do referido país, como a cooperação na aquisição e tratamento dos documentos, a difusão seletiva da informação da bibliografia nacional, servir de centro nacional e internacional de empréstimo, estabelecer serviços centrais de referência, consulta e orientação, ser centro para o controle bibliográfico universal, promover a normalização em nível nacional, ter funções de planificação e orientação em relação às bibliotecas do país. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 103)

O conceito dado por Buonocore é de que

As chamadas bibliotecas nacionais são bibliotecas públicas, que os diferentes Estados ou países fundaram em suas respectivas capitais, para reunir nelas toda a 'produção escrita que apareceu nelas e, sempre que possível, as obras fundamentais do pensamento universal. [...] sua importância e gravitação cultural são medidas, mais pelo número e valor das obras que [...] estimavam servir como diretriz da política de bibliotecas do país, sendo responsável pelos serviços de consultoria técnica na região. Matéria e a execução e coordenação de todas as atividades bibliográficas nacionais (BUONOCORE, 1973, p. 79-80)⁶

As discussões sobre o papel das bibliotecas nacionais como guardiães das bibliografias nacionais iniciam-se no ano de 1950 em Paris, por iniciativa da UNESCO, com a Conferência Internacional sobre a Melhoria dos Serviços Bibliográficos, e “origem da recomendação que fosse criado, em cada país, um Centro de Informação Bibliográfica Nacional”. (MONTE-MÓR, 1987)

O III Congresso Internacional de Biblioteca, realizado em Bruxelas no ano de 1955, ratifica as recomendações de 1950, indicando a “necessidade de responsabilizar em cada país uma biblioteca central, geralmente a biblioteca nacional, pela conservação, para a posteridade, da totalidade da produção de cada país e pela uniformização do trabalho bibliográfico”. (MONTE-MÓR, 1987)

Em 1958, também sob a organização da UNESCO, o Colóquio das Bibliotecas Nacionais da Europa propõe recomendações para que as bibliotecas nacionais assumam o papel de liderança em serviços bibliográficos dentro de seus países, entre elas a “responsabilidade de adquirir e conservar a totalidade da produção nacional impressa”. (MONTE-MÓR, 1987)

⁶ Tradução de: Las llamadas bibliotecas nacionales son bibliotecas públicas, que los distintos Estados o países han fundado en sus respectivas capitales, para reunir en ellas toda la 'producción escrita aparecida em los mismos e, em lo posible, las obras fundamentales del pensamiento universal. [...] su importancia y gravitación cultural se miden, más por el número y valor de las obras que atesoram [...] atuar como centro directriz de la política bibliotecológica del país teniendo a su cargo los servicios técnicos de asesoramiento em la materia y la ejecución y coordinación d toda la actividad bibliográfica nacional. (BUONOCORE, 1973, p. 79-80)

Guardiã da memória nacional, a Biblioteca Nacional (BN) tem como missão “coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país” (FBN, 2019) e dentre as várias competências a de “adotar as medidas necessárias para a conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia”. (FBN, 2019)

A criação da Biblioteca Nacional de acordo com Monte-Mór (1987), “teve origem na coleção real – a Real Biblioteca – transportada para o Brasil em 1807/08, pela Família Real Portuguesa, e aqui franqueada ao público em 1814”. A coleção formadora, foi comprada ao Reino de Portugal em 1825.

Sobre a compra da Real Biblioteca, Schwarcz (2010) menciona que:

[...] o Brasil ganhou, mas tudo isso nos custou bastante caro. Pagou-se duas vezes por um total de 74 mil livros que, na realidade, não chegavam a 7 mil. O valor da biblioteca virou até motivo de cláusulas e atos diplomáticos, de consolidação da emancipação. Através da Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, D. Pedro I, Imperador do Brasil, concordava em indenizar a família real portuguesa por seus bens e propriedades deixados no país, e entre eles constava a Real Biblioteca. Dessa maneira, se o Brasil começou sua vida independente pagando um alto preço à metrópole – dois milhões de libras esterlinas, tomadas de empréstimo à Coroa britânica, com juros de 5% ao ano – a biblioteca não ficou por menos: foi avaliado em 800 contos de réis, sendo o segundo item da "conta" que o Brasil comprometia-se a pagar a Portugal pelos "pertences" deixados na excolônia. Para se ter idéia, tal valor correspondia a 12,5% do total a ser pago; quatro vezes mais do que a famosa prataria da coroa, assim como 4 vezes mais do que a equipagem determinada na conta. Significava, portanto, muito e para nós muito mais. (Schwarcz, 2010, *Online*)

Em 1907, foi estabelecido o Decreto nº 1825 de dezembro de 1907⁷, determinando que a Biblioteca Nacional deve coletar a produção intelectual nacional para preservação às gerações futuras. Posteriormente, foi criada a Lei nº 10.994⁸, de 14 de dezembro de 2004, conhecida

⁷ BRASIL. Decreto nº. 1.825, de 20 de dezembro de 1907. Dispõe sobre a remessa de obras impressa a Bibliotheca Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1825-20-dezembro-1907-509239-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

⁸ BRASIL. Lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm. Acesso em: 6 ago. 2018.

como Lei do Depósito Legal, e uma Lei complementar, referente ao depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional, a Lei nº 12.192, de 14 de janeiro de 2014⁹.

Assim a Lei do Depósito Legal, no. 10.994 de 2004, além de regulamentar a entrega de um item de cada publicação editada no país, de acordo com o seu Art 1º. objetiva e assegura também “o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e cultura nacionais”.

Para Melot (2004, p. 5)¹⁰, “A existência de uma herança não é, para uma comunidade, um complemento de alma: a herança é necessária para a existência dessa comunidade. A comunidade existe apenas porque se representa em objetos patrimoniais”.

Para Monte-Mór (1987), “As bibliotecas nacionais, com o objetivo primordial de registro e guarda da produção bibliográfica de cada país, desempenham, portanto, o papel de órgão por excelência da memória e do conhecimento”.

4 O PLANOR

Diante da necessidade de identificar e reunir o patrimônio bibliográfico do país, a FBN com um corpo técnico especializado, abriu caminho para criação do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR) e do Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN).

O PLANOR foi criado pela Portaria n. 19, de 31 de outubro de 1983, pela então Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o nome de Plano Nacional de Restauração de Obras Raras, tem sua nomenclatura alterada para Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, por meio da Decisão Executiva nº 4 de 08 de novembro de 1994, para atender às necessidades da FBN. Em 2004, com a nova estrutura organizacional da FBN, passou a ter gerência própria, estando atualmente subordinado à Coordenadoria de Acervo Especial (CAE) do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores (CCSL). Seu objetivo é

⁹ BRASIL. Lei no. 12.192, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12192.htm. Acesso em: 6 ago. 2018.

¹⁰ Tradução de: L'existence d'un patrimoine n'est pas, pour une communauté, un supplément d'âme : le patrimoine est nécessaire à l'existence de cette communauté. La communauté n'existe que parce qu'elle se représente dans des objets patrimoniaux. (MELOT, 2004, p. 5)

identificar, orientar sobre os procedimentos técnicos e divulgar os acervos raros existentes no país. (FBN; PLANOR, 2019)

O PLANOR tem como objetivos principais,

- Identificar, coletar, reunir e disseminar através da Fundação Biblioteca Nacional informações sobre acervos raros existentes no Brasil.
- Fornecer orientações sobre procedimentos técnicos na identificação, organização, tratamento técnico e gestão desse patrimônio, conforme normas adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional.
- Prestar assessoria técnica a outras instituições com a finalidade de orientar quanto à organização e preservação de acervos raros existentes no País, além de desenvolver programas de formação e aperfeiçoamento de mão de obra especializada.

O PLANOR também atua ofertando cursos, palestras e seminários para bibliotecários, curadores, gestores de acervos e estudantes. Realizado de dois em dois anos o Encontro Nacional de Acervo Raro – ENAR, a cada edição propõe a discussão de temas que permitem intercâmbios de informações e troca de experiências no âmbito do acervo raro e de memória. (FBN; PLANOR, 2019).

5 O CPBN

O CPBN começou a ser estruturado a partir do I Repertório Bibliográfico Nacional das Obras Raras dos Séculos XV e XVI, publicado em 1989 que contava com 103 registros de 17 instituições de 10 estados e foi oficialmente criado a partir da experiência da Bibliotecária Vera Faillace, que em 1994, trabalhou no Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Espanhol da Biblioteca Nacional da Espanha e trouxe subsídios para a formação do nosso catálogo coletivo (FBN, 1989, p. 9).

O conceito de catálogo coletivo é dado como Faria e Pericão como

[...] catálogo das existências parciais ou totais, comum a várias bibliotecas, arquivos ou serviços de documentação. [...] podem ser nacionais, regionais, locais, especializados ou enciclopédicos. A sua elaboração implica a aceitação de regras 5 comuns de catalogação e descrição bibliográfica e/ou de formatação dos dados e de uma normalização dos princípios a seguir". (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 147)

Para Buonocore, catálogo coletivo é

É o catálogo comum que reúne as cadeiras dos livros existentes em várias bibliotecas localizadas dentro de um determinado raio geográfico. O catálogo coletivo pode ser local ou municipal, departamental, provincial, regional, nacional e internacional. O catálogo coletivo constitui um instrumento valioso para localizar livros, especialmente aqueles raros ou escassos, em certas bibliotecas e facilita o empréstimo entre bibliotecas. (BUONOCORE, 1973, p. 117)¹¹

O CPBN reúne registros bibliográficos dos séculos XV-XVIII (obras estrangeiras até 1799) e XIX (obras nacionais até 1900) ou de períodos subsequentes, que tenham sua raridade justificada de acordo com os critérios adotados por cada instituição e tomando por base a definição do documento de criação, contempla em sua base de dados somente o material “livro”.

O objeto fundamental do CPBN, o livro raro é o elemento essencial na transmissão do conhecimento. A raridade bibliográfica, leva-nos a um passado que revela os diversos suportes utilizados para a escrita, como o papiro, o pergaminho e o papel de celulose, a invenção dos tipos móveis, os ornamentos e encadernações luxuosas, entre outros aspectos do livro raro. Assim como nos leva a pensar em metodologias para sua salvaguarda, tratamento técnico adequado ao ambiente de biblioteca e preservação.

Como reflexo deste pensamento em relação ao acervo raro, a construção e o gerenciamento de um catálogo coletivo que reúna o maior número de instituições e registros bibliográficos, contribui no fortalecimento da memória nacional Para Le Goff,

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1990, p. 423)

Pensarmos a memória e identidade, e conhecermos e preservarmos nosso patrimônio, serve segundo Fernández de Zamora (2009, p. 7) para “Destacar sua relevância, dar-lhe uma sensação de pertencer à sociedade, estabelecer mecanismos de difusão que incentivem o reconhecimento do patrimônio documental como parte de nossa identidade, incentivem sua

¹¹ Tradução de: Es el catálogo común que reúne los asientos de los libros existentes en varias bibliotecas situadas dentro de un determinado radio geográfico. El catálogo colectivo puede ser local o municipal, departamental, provincial, regional, nacional e intrnacional. El catálogo colectivo constituye un valioso instrumento para localizar libros, especialmente aquellos raros o escasos, em determinadas bibliotecas y facilita el préstamo interbibliotecario. (BUONOCORE, 1973, p. 117)

reavaliação e regulem sua preservação não são tarefas adicionais, mas fundamentais para todos nós”.

Como forma de mapear o maior número possível de instituições detentoras de acervos raros, de maneira sistemática a equipe do PLANOR, buscas em mídias sociais, meios de comunicação, bem como recebe indicações de parceiros e colaboradores. A equipe está em constante capacitação profissional, visando melhor atender às necessidades e às demandas recebidas de todo o país

O procedimento usual quando uma instituição curadora de acervo raro é identificada, se constitui no envio de carta convite e formulário de cadastramento para integrar o CPBN. e os critérios de raridades, documento disponível no site do PLANOR¹², que também veicula documentação técnica, incluindo os critérios de raridade praticados pela Fundação Biblioteca Nacional, que servem de fonte de informação e alicerce para a construção de critérios particulares.

Tendo em vista a crescente adesão ao CPBN, a base que o abrigava teve que ser substituída por não mais comportá-lo. Desta forma o Catálogo foi migrado para uma plataforma especialmente construída na Rede Memória Virtual Brasileira (BN Digital), a fim de abrigar os registros já existentes, e proporcionar sua expansão com recursos auxiliares que facultam a inclusão de imagens digitais

Atualmente o CPBN conta com 238 instituições cadastradas e 34.297 registros bibliográficos e colabora para a divulgação em âmbito nacional e internacional do patrimônio bibliográfico raro do país. Serve também de chancela para projetos que venham a ser submetidos pelas instituições às agências de fomento, como por exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que em seus editais estipula que a instituição participante possua “listagem de acervos bibliográficos no “Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CPBN”, gerido pela Biblioteca Nacional”¹³

As ações do PLANOR destacam a importância da cooperação entre as instituições e profissionais, da necessidade da interdisciplinaridade, do desenvolvimento de projetos, da realização de cursos, seminários, palestras como meio de capacitação, da produção do

¹² <http://arquivo.bn.br/planor/index.html>

¹³ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-prorroga-ate-29-03-prazo-para-inscricao-de-projetos-de-seguranca-em-museus-e-acervos-publicos>

conhecimento técnico-científico. Ações que produzem saberes e documentação que subsidiam a salvaguarda e preservação do patrimônio bibliográfico nacional.

6 Para reflexão

Com as discussões e questionamentos trabalhados em sala de aula na disciplina “Patrimônio Bibliográfico”, é necessário pensarmos em uma forma de preservação das obras do século XX, sobretudo as que foram produzidas até os anos de 1950, que em sua maioria encontram-se “esgotadas” e que muitas vezes fazem parte da coleção formadora de uma biblioteca.

Para Souza, Azevedo e Loureiro (2017) “As bibliotecas não se afirmam como lugares de memória apenas por serem instituições culturais, mas, sobretudo pelo valor das coleções que abrigam, as quais constituem o seu patrimônio”.

Utilizando como parâmetro a biblioteca universitária, Weitzel e Santos, dizem que:

Embora a emergência das mudanças necessárias para superar os diversos desafios que se impõem à biblioteca universitária seja primordial, ao mesmo tempo não é possível perder de vista a necessidade de formar e desenvolver coleções especiais – notadamente das coleções impressas do Século XX – também como um desafio a ser superado. Investimentos em estratégias colaborativas e distribuídas para preservar materiais para as gerações futuras, tal como a IFLA, entre outros órgãos de classe internacionais da área vêm sendo recomendados como boas práticas. (WEITZEL; SANTOS, 2018, p. 67)

É necessário também, estender esse olhar para o patrimônio bibliográfico local, principalmente de cidades interioranas, pois estas produções intelectuais permitem tornar conhecidos, a produção do conhecimento, os hábitos, as celebrações, as iniciativas locais manifestadas em várias tipologias, que em muitas vezes são perdidas por falta do conhecimento de sua relevância como fonte histórica e de informação.

Murguia (2007, p. 69) define a importância de nos apropriarmos do conhecimento ao dizer que “O direito ao passado, à memória, é um de todos os cidadãos, independente de classe social, raça, cultura. É, enfim, o exercício da cidadania se fazendo presente em cada monumento tombado, em cada objeto preservado, em cada atividade cultural resguardada”.

Em relação à necessidade de proteção para a produção do conhecimento, por exemplo de comunidades, Palma-Peña diz que

Em geral, os direitos culturais são entendidos como protetores das minorias étnicas e culturais. Não obstante a relevância de tal proteção, o foco deste documento é da maior importância para entender que uma parte essencial dos direitos culturais é a proteção e usufruto de representações culturais produzidas por minorias, incluindo documentos. (PALMA-PEÑA, 2011, p. 297)¹⁴

Vale ressaltar que além de conhecermos, precisamos dar valor ao patrimônio local produzido, que segundo Fernández de Zamora

Para alcançar o reconhecimento do patrimônio documental de nossa região, é necessário aumentar as atividades relacionadas à sua preservação, como: conscientizar sobre o valor das coleções de documentos, estabelecer seções de conservação nas instituições, promover programas de treinamento para pessoal qualificado, promover pesquisa, adoção de normas, programas cooperativos, congressos, conferências e publicações, impressas e eletrônicas sobre o assunto. (FERNÁNDEZ DE ZAMORA, 2007, p. 2)¹⁵

7 Conclusão

É necessário o pensamento em conjunto para a construção sólida de um conceito para patrimônio bibliográfico, e ações para a proteção das coleções especiais e do patrimônio bibliográfico local, que garantam sua integridade e preservação ao longo dos anos, servindo como fonte histórica de uma cidade, comunidade.

Ao pensar a preservação e disseminação do patrimônio bibliográfico e a importância em elaborar e gerenciar um catálogo coletivo, devemos considerar vários conceitos que relacionados, ratificam o entendimento da importância das bases de dados como ferramenta de preservação da memória institucional, documental e digital, disseminação da informação, segurança e a necessidade de capacitação profissional para gerenciar esses acervos.

O CPBN é uma base de dados bibliográficos, que em breve poderá se transformar em um repositório, tendo em vista sua nova interface que permite o armazenamento e a

¹⁴ Tradução de: Por lo general, los derechos culturales son comprendidos como protectores de las minorías étnicas y culturales. No obstante la relevancia de dicha protección, el enfoque de este documento considera de suma importancia comprender que parte esencial de los derechos culturales es la protección y el usufructo de las representaciones culturales producidas por las minorías, entre las que figuran los documentos. (PALMA-PEÑA, 2011, p. 297)

¹⁵ Tradução de: Para lograr el reconocimiento del patrimonio documental de nuestra región es necesario incrementar las actividades relacionadas con su preservación como son: despertar una mayor conciencia sobre el valor de las colecciones documentales, establecer secciones de conservación en las instituciones, fomentar programas de formación de personal calificado, promover la investigación, la adopción de normas, programas cooperativos, congresos, conferencias y publicaciones tanto impresas como electrónicas sobre el tema. (FERNÁNDEZ DE ZAMORA, 2007, p. 2)¹⁵

disponibilização dos documentos em formato digital. Recurso primordial para uma efetiva disseminação da informação e preservação documental.

Como uma das ações para perpetuação do documento, a preservação digital, segundo Sayão (2010, p. 7) é: “[...] um conjunto de atividades voltadas para garantir o acesso aos conteúdos digitais por longo prazo, é, ao mesmo tempo, um desafio técnico e organizacional que se desenrola permanentemente no tempo e no espaço”.

A base de dados do CPBN, também funciona como um meio de possibilitar o controle e acesso ao bem físico além de proporcionar visibilidade dos acervos raros, contribuindo para resguardar esses acervos de danos físicos, assim como roubos/furtos, sendo esse seu objetivo principal, ao estabelecer metadados para descrição do material, visando o detalhamento e tornando esse processo um padrão entre as instituições que se enquadrem nesse projeto (levando-se em conta que elas estão espalhadas pelo território nacional, muitas vezes carecendo dos mais variados recursos de segurança). O detalhamento dos registros e sua informação acessível e disponível permite a tomada de decisão pelas instituições em relação ao gerenciamento desses acervos. Spinelli, Brandão e França (2011) dizem que, “Em um sentido geral, trata-se de toda a ação que se destina à salvaguarda dos registros documentais”.

Um processo também muito importante no tratamento de obras raras é a capacitação do profissional bibliotecário, assim um dos critérios é:

[...] de que esses profissionais se reúnam em associações de classe para a troca constante de informações e experiências imprescindíveis a fim de adquirirem os fundamentos teóricos e as competências práticas necessárias à pesquisa de raridade e sua divulgação. (MÁRDERO ARELLANO, 1998, p. 33)

O PLANOR quando desenvolve ações de identificação de instituições, promove ações para a organização, visando à salvaguarda e preservação dos bens em posse de instituições públicas e privadas do nosso país, promove a difusão do patrimônio bibliográfico nacional que é a base fundamental para a construção da memória nacional e garante seu acesso às gerações futuras.

Referências

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Competências e atividades**. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/competencias-atividades>. Acesso em: 23 set. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR**. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/>. Acesso em: 7 maio 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CPBN**. Disponível em: http://planor.bn.br/scripts/odwp022k.dll?SHOWINDEX=planor_pr:planor:bib:T. Acesso em: 7 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm. Acesso em: 21 set. 2010.

BUONOCORE, Domingo. **Diccionario de bibliotecologia**: términos relativos a la bibliología, bibliografía, bibliofilia, biblioteconomía y archivología, documentología, tipografía y materias afines. Buenos Aires, Marymar, 1976.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EdUSP, 2008.

ZAMORA, Rosa María Fernández de. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. *In*: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 75., 2009, Milão. **Programme and proceedings**. [s. l.]: IFLA, 2014. p. 1-8. Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca Pública: memorias locales e identidades nacionales. **El profesional de la información**, Colômbia, v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ago., 2014.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **As coleções de obras raras na biblioteca Digital**. 1998. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998. Disponível em: http://eprints.rclis.org/6319/1/Dissert_Arellano.pdf. Acesso em: 6 ago. 2018.

MELOT, Michel. Qu'est-ce qu'un objet patrimonial? **BBF**, Paris, t. 9, n. 5, p. 5-10, jui. 2004. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0005-001>. Acesso em: 2 dez. 2019.

MONTE-MÓR, Jannice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [Belo Horizonte], v. 12, n. 3, p. 65-82, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30348>. Acesso em: 4 dez. 2019.

Memória e Informação, v. 4, n. 2, p. 223-239, jul./dez. 2020

PALMA PEÑA, Juan Miguel Palma. El patrimoniocultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimônio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, p. 31-57, sep./dic. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 2 dez. 2019.

PALMA PEÑA, Juan Miguel Palma. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/37427>. Acesso em: 4 dez. 2019.

REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO NACIONAL DE OBRAS DOS SÉCULOS XV E XVI. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1989.

SANTOS, Renata Ferreira dos Santos; REIS, Alcenir Soares dos Reis. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 32, n. 75, abr./jun., p. 223-259, 2018. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57970>. Acesso em: 7 ago. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A história de uma biblioteca: a Real Biblioteca e a sina comum e apartada de Brasil e Portugal**. [s. l.] : [s. n.], 2010. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/a-historia-de-uma-biblioteca-a-real-biblioteca-e-a-sina-comum-e-apartada-de-brasil-e-portugal/>. Acesso em: 21 set. 2019.

SAYÃO, Luís Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p.1-31, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n30p1/19527>. Acesso em: 6 ago. 2018.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual Técnico de Preservação e Conservação: Documentos Extrajudiciais (CNJ)**. [s. l.]: [Arquivo Nacional: FBN], 2011. Disponível em: <https://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.

SOUZA, Ingrid Lopes de; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Coleções especiais e valor de memória: reflexões no contexto de bibliotecas universitárias. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Enancib, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/190/1106. Acesso em: 13 set. 2020.

WEITZEL, Simone da Rocha. Coleções Especiais em bibliotecas universitárias: desafios para a nossa geração. *In*: CAMPOS, Maria Luiza de Almeida et al (Org.) **Produção, tratamento, disseminação e uso de recursos informacionais heterogêneos**: diálogos interdisciplinares.

Memória e Informação, v. 4, n. 2, p. 223-239, jul./dez. 2020

Niterói, RJ: IACS: UFF, 2018. (Estudos da Informação, 5). Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/9195/1/livroppgci5seminarioinformacao.pdf>.
Acesso em: 13 set. 2020.